

## **Análise de conjuntura \_ AGE do APUBHUFMG+ 22/10/2025**

### **I- Correlação de forças na sociedade**

- A correlação de forças no Brasil ainda é desfavorável à classe trabalhadora, pois não houve um avanço no seu nível de organização. As organizações populares e sindicais ainda têm dificuldades de mobilização e convocação de suas bases. Enquanto isso, a burguesia financeira continua a exercer seu poder sobre o Estado em busca de: 1- terminar de realizar as privatizações das empresas públicas que restaram; 2- realizar uma contrarreforma administrativa para tornar o Estado máximo para a própria burguesia e absolutamente mínimo para a classe trabalhadora; 3- retirar o Brasil do BRICS e submeter, completamente, o país aos interesses dos EUA; 4- manter nossa economia restrita à condição de exportadora de produtos primários e importadora de produtos de alta tecnologia e maior valor agregado.
- As manifestações de 21 de setembro não representaram um fortalecimento das organizações da classe trabalhadora. Elas levaram milhares às ruas em todo o país contra a PEC da Blindagem/Bandidagem e, em menor medida, contra a anistia aos golpistas. Não foram uma convocação da esquerda, não tinham um projeto popular para o Brasil como programa e podem ter sido impulsionadas por um sentimento antipolítico ainda muito difundido na sociedade, inclusive, entre as forças progressistas. Ainda assim, essas manifestações serviram para barrar a anistia e para garantir a isenção do Imposto de Renda no Congresso, que estava pressionado para estancar sua desaprovação recorde nas pesquisas de opinião.
- Há mudança na disputa institucional. Desde a primeira derrota do governo na votação do IOF em junho, o executivo passou a demonstrar maior disposição de iniciativa política e disputa na comunicação com a indicação da maioria do Congresso como inimiga dos interesses populares (início da difusão de hastags anti-Congresso). Com a ajuda da rejeição popular contra a intervenção norte-americana materializada com o tarifaço Trump-Bolsonaro, se consolidou a tendência de recuperação da avaliação do governo nas pesquisas, o que fortalece Lula para as eleições e permitiu a atuação do governo para dividir o Centrão, com a manutenção de ministros do PP e do União Brasil, após a saída dos dois partidos de apoio parcial ao governo em virtude da possível candidatura do Tarcísio de Freitas para a presidência em 2026.
- Com a retomada da popularidade e as manifestações de 21 de setembro, o governo paralisou o avanço da extrema-direita, mas não abriu condições para avanços nas pautas de interesse popular, até porque o sistema político vigente é semiparlamentarista/semipresidencialista e há forte concentração de poder no Congresso Nacional, inclusive na execução do orçamento federal, e o legislativo federal, como se sabe, é uma arena fortemente controlada pela classe dominante.

- A extrema-direita saiu enfraquecida após a condenação de Bolsonaro e o fracasso da anistia. Enfrenta dificuldades com a indefinição sobre candidaturas (Michelle, Eduardo, Tarcísio etc.). O nome preferido do Centrão para enfrentar Lula em 2026 é Tarcísio que é visto como alguém capaz de unificar a direita e a extrema-direita bolsonarista. Ele, todavia, deve manter sua candidatura para o governo de São Paulo e mirar 2030, caso Lula se mantenha competitivo para a eleição do próximo ano.
- Uma semana depois das manifestações de 21 de setembro, o Congresso voltou a atuar abertamente a favor dos interesses do capital financeiro ao derrotar o governo na MP que procurava taxar super-ricos, fintechs e bets como compensação às perdas de arrecadação com a isenção do IR. Em resposta, o governo começou a retirar os indicados pelo Centrão na Caixa Econômica Federal, Codevasf, Iphan, DNIT e Ministério da Agricultura. Pode continuar essa “limpa” porque os partidos do Centrão acumulavam cerca de 380 cargos no governo. Hugo Motta entendeu o recado e tentou se reaproximar do governo. Davi Alcolumbre, em plena campanha para emplacar Rodrigo Pacheco no STF, bem como para conquistar a exploração de petróleo na foz do Amazonas, recuou na votação dos vetos do PL da Devastação, pelo menos até alcançar essas conquistas.
- Ainda no plano institucional, o governo pode obter mais um trunfo em sua batalha contra o Centrão e a Extrema-direita com a ajuda do Ministro Dino no STF, pois há 40 mil emendas sob suspeitas de irregularidades no radar da Corte.

### **Ações prioritárias diante do momento atual da conjuntura**

- Nesse contexto de disputa entre governo e Congresso, com o governo mobilizando a sociedade para apoiar medidas voltadas para a justiça tributária, o entendimento é focar toda a pressão no Congresso com o pressuposto de que apenas uma forte mobilização e presença nas ruas pode fazer o(a)s parlamentares recuarem no encaminhamento da Reforma Administrativa, que se insere no pacote de ações de cortes nas políticas sociais.
- A prioridade para o(a)s servidore(a)s públicos dos três níveis da federação deve ser a de barrar a Contrarreforma Administrativa proposta pela coalizão entre Centrão e Extrema-direita e a ação concebida para avançarmos nesse sentido é uma participação massiva do(a)s servidore(a)s na Marcha em Defesa do Serviço público que ocorrerá no dia 29/10 em Brasília.
- O nível de mobilização obtido nessa ação para barrar a Contrarreforma Administrativa deve ser mantido e ampliado para que possamos participar da disputa pelo orçamento público federal de 2026. Como não temos perspectiva de mudança do modelo econômico, é central, no momento, apoiar as iniciativas de taxação dos super-ricos, fintechs e bets, visto que essa taxação enfrenta forte resistência dos representantes

do capital financeiro no Congresso. Essa resistência pode ser vencida com mobilizações massivas nas ruas e nas redes, tendo em vista as eleições de 2026 e a péssima aprovação do Congresso Nacional nas pesquisas de opinião.